

CATÁSTROFES NATURAIS

UMA ABORDAGEM GLOBAL

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

LUCIANO LOURENÇO
ANTÓNIO VIEIRA
(COORDS.)

A publicação intitulada “Catástrofes naturais. Uma abordagem global” reúne um conjunto de textos dedicados especificamente a catástrofes que têm na sua génesis fenómenos da natureza, manifestação plena dos designados riscos naturais.

Ao longo de cada um dos referidos capítulos procurou-se clarificar os aspectos conceptuais e metodológicos inerentes a cada um dos riscos em análise, sua sistematização ou tipificação, efeitos e consequências, nomeadamente para o Ser Humano, bem como exemplos da sua manifestação. Ainda que com características distintas e influenciadas por fatores diferenciados, a abrangência das catástrofes naturais é evidente, afetando a generalidade das sociedades humanas e condicionando a sua atividade em quase todos os pontos da superfície terrestre.

É nosso ensejo que esta obra cumpra os propósitos para os quais foi pensada e que se transforme num valioso instrumento de trabalho e um veículo de disseminação de informação e de sensibilização para as catástrofes naturais.



I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COIMBRA UNIVERSITY PRESS

U

ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes

Estudos Cindínicos

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix

Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana C. Meira Castro

Instituto Superior de Engenharia do Porto

Antenora Maria da Mata Siqueira

Univ. Federal Fluminense, Brasil

António Betâmo de Almeida

Instituto Superior Técnico, Lisboa

Carla Juscélia Oliveira Souza

Univ. de São João del Rei, Brasil

António Duarte Amaro

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

Esteban Castro

Univ. de Newcastle, Reino Unido

António Manuel Saraiva Lopes

Universidade de Lisboa

José António Vega

Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

António Vieira

Universidade do Minho

José Arnaez Vadillo

Univ. de La Rioja, Espanha

Cármen Ferreira

Universidade do Porto

Lidia Esther Romero Martín

Univ. Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Helena Fernandez

Universidade do Algarve

Miguel Castillo Soto

Universidade do Chile

Humberto Varum

Universidade de Aveiro

Montserrat Díaz-Ravíña

Inst. Inv. Agrobiológicas de Galicia, Espanha

José Simão Antunes do Carmo

Universidade de Coimbra

Norma Valencio

Univ. Federal de São Carlos, Brasil

Margarida Horta Antunes

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Ricardo Alvarez

Univ. Atlântica, Florida, Estados Unidos da América

Margarida Queirós

Universidade de Lisboa

Victor Quintanilla

Univ. de Santiago de Chile, Chile

Maria José Roxo

Universidade Nova de Lisboa

Virginia Araceli García Acosta

CIESAS, México

Romero Bandeira

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Xavier Ubeda Cartañà

Univ. de Barcelona, Espanha

Tomás de Figueiredo

Instituto Politécnico de Bragança

Yvette Veyret

Univ. de Paris X, França

CATÁSTROFES NATURAIS

UMA ABORDAGEM GLOBAL

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

LUCIANO LOURENÇO
ANTÓNIO VIEIRA
(COORDS.)

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Felix

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRINT BY

KDP

ISBN

978-989-26-1935-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-1936-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1936-1>

RISCOS - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA

TEL.: +351 239 992 251; FAX: +351 239 836 733

E-MAIL: RISCOS@UC.PT

© JANEIRO 2020, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CATÁSTROFES NATURAIS

Catástrofes naturais : uma abordagem global / coord. Luciano Lourenço, António Vieira. – (Riscos e catástrofes)

ISBN 978-989-26-1935-4 (ed. impressa)

ISBN 978-989-26-1936-1 (ed. eletrónica)

I – LOURENÇO, Luciano, 1951-

II – VIEIRA, António

CDU 504

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
Ventos fortes e temperaturas excepcionais: riscos para a sociedade	
Ana Monteiro, Helena Madureira	13
Riscos associados à diminuição das precipitações	
Adélia Nunes	43
Riscos relacionados com a brusca invasão de água do mar	
Bruno M. Martins	61
Riscos de inundaçao e suas manifestações	
Francisco da Silva Costa	71
Riscos geomorfológicos e suas manifestações	
António Vieira, Ineida Romi Tavares Varela de Carvalho, António Bento-Gonçalves e José Manuel Fernandes Rocha	119
Riscos biológicos: diversidade e padrões geográficos	
Albano Figueiredo, Joana Costa e Elizabete Marchante	169
CONCLUSÃO	247

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

As catástrofes são aqui entendidas como plenas manifestações de riscos, ou seja, como crises que, enquanto tal, podem ser analisadas sob várias perspetivas. No anterior volume, dedicado aos *Riscos e Crises. Da teoria à plena manifestação*, procurámos abordar algumas questões conceptuais e metodológicas, que deveriam servir de enquadramento aos três volumes que se lhe seguem, consagrados às *Catástrofes* e que foram organizados tendo em conta as suas possíveis origens, que poderão ser: naturais, antrópicas ou mistas.

Definidos os temas para estes três volumes, procurámos que o seu tratamento obedecesse a uma lógica coerente que se inicia com a recolha e análise dos dados referentes às manifestações de um determinado tipo de risco, passando depois à interpretação e à comunicação dos resultados obtidos com a pesquisa efetuada e que se materializa nos diferentes capítulos destes três volumes sobre catástrofes.

O primeiro deles é dedicado às Catástrofes Naturais que, como sabemos, dizem respeito a fenómenos naturais que são capazes de provocar destruição generalizada que se traduz em avultados danos e prejuízos económicos e, normalmente, envolvem a perda de muitas vidas humanas.

Uma rápida consulta à Wikipédia, a enciclopédia livre, é suficiente para nos dar conta da elevada quantidade de vítimas mortais provocadas pelas catástrofes naturais, avaliada em mais de 10 milhões de pessoas, encontrando-se nela disponíveis diversas listagens, a partir das quais é possível estabelecer algumas sequências, por exemplo a das catástrofes mais devastadoras em termos de mortes ocasionadas (QUADRO I).

Observa-se que as catástrofes naturais mais mortíferas resultaram de inundações, terramotos e ciclones. No entanto, outras houve, em resultado da manifestações de outros riscos naturais mencionados nesta obra, que também causaram vítimas, em maior ou menor número, e prejuízos muito avultados.

Não houve preocupação em listar exaustivamente as catástrofes, mas sim em as ordenar sequencialmente, agrupando-as por tipos e subtipos de causas, ou seja, partiu-se da caracterização dos riscos que as podem originar para, depois, apresentar alguns dos exemplos mais significativos.

Lamentavelmente, apesar das diversas tentativas efetuadas junto de vários especialistas, não foi possível produzir em tempo útil o capítulo sobre os riscos geológicos

QUADRO I - Catástrofes naturais mais mortíferas de que há registos.

CHART I - Most deadliest natural disasters recorded.

Classificação	Estimativa do número de mortes	Fenómeno	Localização	Data
1	1 000 000 – 4 000 000	Inundações na China	China	Julho de 1931
2	900 000 – 2 000 000	Inundação do rio Amarelo	China	Setembro de 1887
3	830 000	Terramoto de Shaanxi	China	23 de janeiro de 1556
4	500 000	Ciclone de Bhola	Paquistão Este (Bangladesh)	13 de novembro de 1970
5	300 000	Ciclone da Índia	Índia	26 de novembro de 1839
		Ciclone (ou Terramoto?) de Calcutá	Índia	7 de outubro de 1737
6	250 000 - 300 000	Terramoto de Antioquia	Império Bizantino (Turquia atual)	20-29(?) de maio de 526
7	242 000	Terramoto de Tangshan	China	28 de julho de 1976
8	235 502	Terramoto de Haiyuan	China	16 de dezembro de 1920
9	230 000	Terramoto de Aleppo	Síria	11 de outubro de 1138
10	225 000 - 230 000	Terramoto e tsunami no Oceano Índico	Oceano Índico	26 de dezembro de 2004

Fonte: Wikipédia, consulta a 14 de junho de 2018 / Source: Wikipedia, consulted at June 14, 2018.

(geofísicos) e suas manifestações, que naturalmente englobaria os riscos tectónicos (tremores de terra e maremotos) e os riscos magmáticos (vulcões e outras manifestações), o que deixa esta obra incompleta. Todavia, perante a incerteza de quando poderá ser entregue, optou-se por não atrasar mais a sua publicação, pelo que o capítulo em falta será incorporado na edição digital logo que ele nos seja enviado.

Trata-se, pois de uma obra de síntese, à disposição de docentes e estudantes, de técnicos e operacionais, bem como do cidadão comum, uma vez que todos eles nela podem encontrar um vasto conjunto de informação que os ajuda a melhor conhecerem os diferentes fenómenos conhecidos por catástrofes naturais.

Coimbra, 20 de julho de 2019

Luciano Lourenço

INTRODUÇÃO

António Vieira

Departamento de Geografia, CEGOT e RISCOS

Universidade do Minho, Portugal

ORCID: 0000-0001-6807-1153 vieira@geografia.uminho.pt

Enquadra na coleção *Riscos e Catástrofes*, iniciativa editorial promovida pela RISCOS, Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, a presente publicação, intitulada “Catástrofes naturais. Uma abordagem global”, reúne um conjunto de textos dedicados especificamente a catástrofes que têm na sua génesis fenómenos da natureza, manifestação plena dos designados riscos naturais.

Os riscos naturais podem ser definidos como a probabilidade de ocorrência de fenómenos (catastróficos) com origem nos elementos da natureza, passíveis de provocar danos no Ser Humano e em infraestruturas antrópicas.

A diversidade de fenómenos de caráter natural passíveis de gerar riscos levou ao aparecimento de várias sistematizações, baseadas em critérios também diversos, das quais destacamos a proposta por Lourenço (2007), segundo a qual se consideram: os riscos geofísicos, englobando os vulcânicos ou sísmicos; os riscos climáticos, integrando tempestades, tornados ou secas, entre outros; os riscos hidrológicos, de que destacamos as inundações; os riscos geomorfológicos, onde poderemos incluir os diversos movimentos em massa; e os riscos biológicos, onde se incluem as pragas de animais e plantas infestantes.

Com efeito, seguiu-se genericamente esta sistematização (de riscos naturais) na própria organização deste livro, direcionando cada capítulo para a análise dos diversos tipos de risco natural considerado, excetuando-se os riscos associados aos fenómenos geofísicos, cuja inclusão, ainda que prevista no alinhamento inicial do livro, acabou por não se concretizar, por motivos alheios aos editores.

Ao longo de cada um dos referidos capítulos procurou-se clarificar os aspectos conceptuais e metodológicos inerentes a cada um dos riscos em análise, sua sistematização ou tipificação, efeitos e consequências, nomeadamente para o Ser Humano, e exemplos da sua manifestação.

Ainda que com características distintas e influenciadas por fatores diferenciados, a abrangência das catástrofes naturais é evidente, afetando a generalidade das sociedades humanas e condicionando a sua atividade em quase todos os pontos da superfície terrestre.

Os registos de catástrofes naturais com impactes em termos humanos ou económicos, em maior volume e precisão no decurso do último século e especificamente nas últimas décadas, em virtude da grande evolução tecnológica e da ampla disseminação da informação e dos meios de comunicação, permitem traçar uma evolução crescente da sua ocorrência.

Com base nos registos do EM-DAT (International Emergency Disasters Database), e ainda que considerando os condicionalismos inerentes aos dados utilizados, é clara a tendência crescente das catástrofes naturais, particularmente significativas a partir das décadas de 60 e 70 do século XX e mais exacerbada no final do século e início do século XXI (fig. 1).

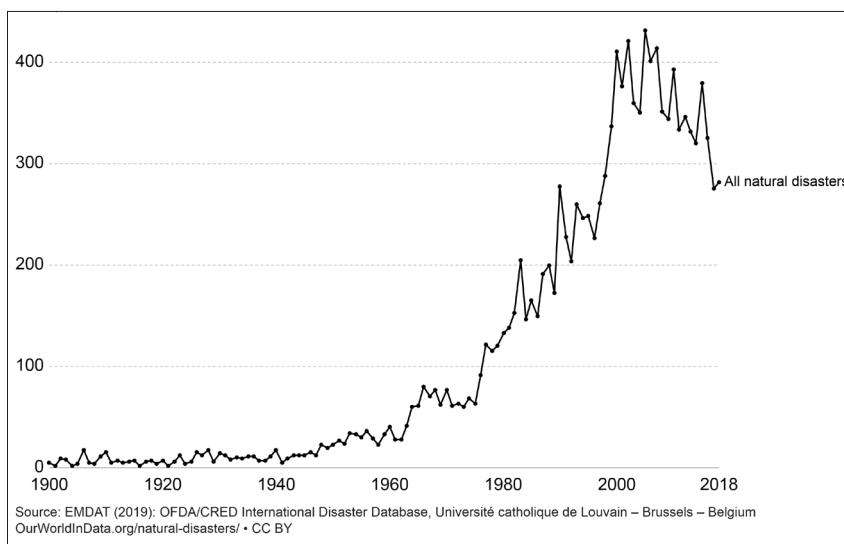


Fig. 1 - Catástrofes naturais registadas em todo o mundo (1900 a 2018) (extraído de Our World in Data; Fonte dos dados: EMDAT, 2019. Acedido em 30 de julho de 2019, em <https://ourworldindata.org/natural-disasters#>).

***Fig. 1** - Natural disasters recorded worldwide (1900 to 2018) (extracted from Our World in Data; Data source: EMDAT, 2019. Accessed July 30, 2019 at <https://ourworldindata.org/natural-disasters#>).*

Tendo em consideração este período de registo de ocorrência mais significativa destas catástrofes (fig. 2), constata-se um predomínio significativo das catástrofes naturais relacionadas com os riscos hidrológicos (ainda que nesta sistematização os movimentos em massa estejam aqui incluídos, ao contrário da proposta de sistematização por nós seguida) e as diretamente relacionadas com o clima (tempestades, secas ou temperaturas extremas). No conjunto, são responsáveis por mais de 80% das ocorrências, resultando num peso relativo idêntico no que diz respeito às suas consequências ao nível da população afetada e de perdas económicas (e mesmo no número de fatalidades).

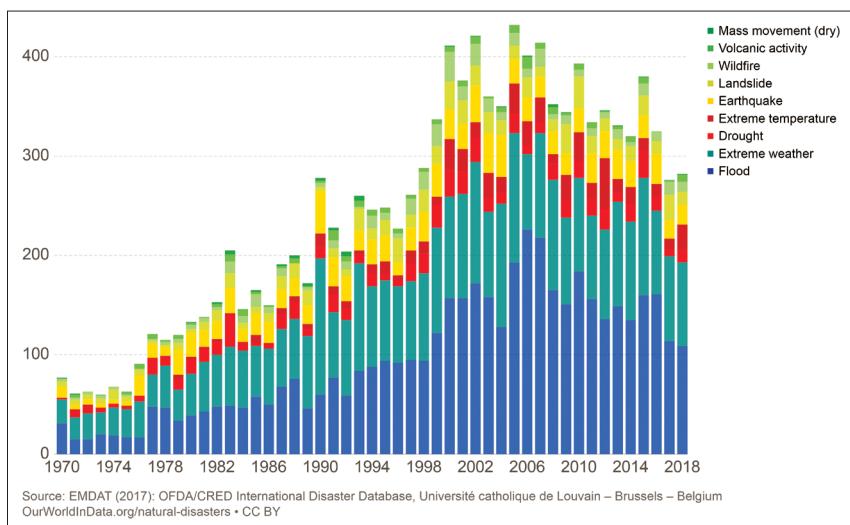


Fig. 2 - Relatório de catástrofes naturais por tipo (extraído de Our World in Data; Fonte dos dados: EMDAT, 2017. Acedido em 30 de julho de 2019, em <https://ourworldindata.org/natural-disasters#>).

Fig. 3 - Report of natural disasters by type (extracted from Our World in Data; Data source: EMDAT, 2017. Accessed July 30, 2019 at <https://ourworldindata.org/natural-disasters#>).

Também do ponto de vista espacial, e tomando como exemplo o ano de 2017 (que é genericamente representativo da realidade mundial das últimas décadas), se pode observar uma dispersão das ocorrências um pouco por todo o globo, ainda

que com alguns focos de maior intensidade, nomeadamente na América do Norte (EUA) e Central, Europa e Ásia Meridional, de certa forma acompanhando a distribuição das maiores concentrações humanas (fig. 3).

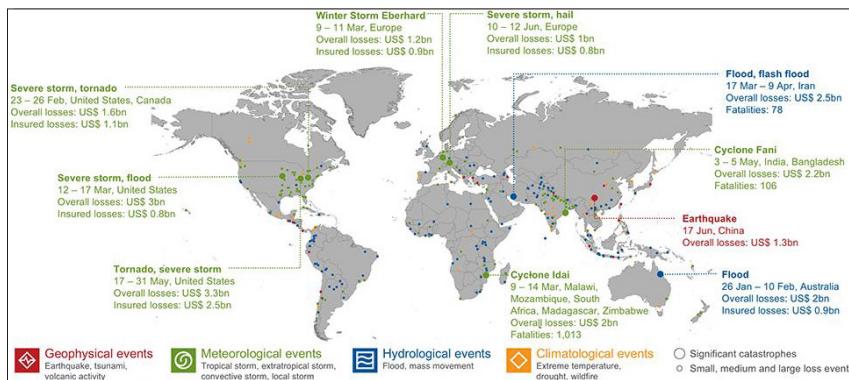


Fig. 3 - Catástrofes naturais ocorridas entre janeiro e novembro de 2017
(Fonte: Munich RE. Acedido em 30 de julho de 2019, em
<https://twitter.com/MunichRe>.

Fig. 3 - Natural disasters between January and November 2017
(Source: Munich RE. Accessed July 30, 2019 at <https://twitter.com/MunichRe>).

Neste sentido, este livro inicia-se com um capítulo dedicado aos riscos associados aos ventos fortes e temperaturas excepcionais, da autoria de Ana Monteiro e Helena Madureira, sucedendo-lhe o capítulo relativo aos riscos associados à diminuição das precipitações, redigido por Adélia Nunes.

Sucedem-se dois capítulos que se debruçam sobre os riscos hidrológicos: riscos relacionados com a brusca invasão de água do mar, por Bruno Martins; e os riscos de inundação, da autoria de Francisco Costa.

O capítulo seguinte trata dos riscos geomorfológicos e suas manifestações, tendo como autores António Vieira, Ineida Carvalho, António Bento-Gonçalves e José Rocha.

Por fim, os riscos biológicos são-nos apresentados por Albano Figueiredo, Joana Costa e Elizabete Marchante.

É nosso ensejo que este trabalho cumpra os propósitos para o qual foi pensado e que se transforme num valioso instrumento de trabalho e um veículo de disseminação de informação e de sensibilização para as catástrofes naturais.

**VENTOS FORTES E TEMPERATURAS EXCECIONAIS:
RISCOS PARA A SOCIEDADE**
**STRONG WINDS AND EXTREME TEMPERATURES:
RISKS FOR SOCIETY**

Ana Monteiro

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras
CEGOT/CITTA/ISPUP, Universidade do Porto, Portugal
ORCID: 0000-0002-3392-2664 anamonteiro.sousa@gmail.com

Helena Madureira

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras
CEGOT, Universidade do Porto, Portugal
ORCID: 0000-0002-0047-6450 hmadureira@letras.up.pt

Sumário: Este trabalho aborda os riscos para a sociedade e para a saúde humana associados a ventos fortes e a temperaturas excepcionalmente altas ou baixas. Evidenciamos a multiplicidade de critérios que coexistem para a definição destes eventos, e exploramos os seus possíveis impactes na sociedade e na saúde humana. Concluímos que o contexto social, económico e ambiental, e a escala são fatores determinantes para a compreensão de quando e como um determinado evento meteorológico ou climático se transforma num risco para a sociedade e para a saúde humana.

Palavras-chave: Temperaturas excepcionalmente altas ou baixas, ventos fortes, perfil das pessoas e dos lugares, saúde.

Abstract: This paper addresses the human health risks caused by extreme winds and extreme temperatures. We show the multiplicity of criteria that coexist for these extreme events to be defined, and we explore their possible impacts on human health. We conclude that the social, economic and environmental context, and the scale, are crucial factors for understanding when and how a given extreme weather or climate event becomes a risk to human health.

Keywords: Extreme temperatures, extreme winds, people and place, health.

Introdução

A história da humanidade mostra que as comunidades se foram adaptando ao clima local em que se implantavam, estabelecendo-se e organizando-se no território de modo a melhor usufruírem do contexto climático e, simultaneamente, se protegerem de potenciais e esperados impactes gerados pela variabilidade dos estados de tempo. De facto, eventos meteorológicos e climáticos excepcionais sempre afetaram a humanidade, sendo conhecidos registos dos seus impactes em variados contextos geográficos e temporais. E as comunidades foram mostrando, pelo menos nalgum grau, a capacidade de se adaptarem à ocorrência de eventos considerados excepcionais para as condições normais do seu contexto climático. Uma abordagem aos riscos climáticos requer, portanto, e antes de mais, que se precise alguma terminologia comumente utilizada, designadamente aquilo que neste âmbito pode ser considerado ‘normal’ ou ‘excepcional’.

Na definição mais comum e simples de clima, este refere-se às condições “médias” dos estados tempo num determinado local e num dado período de tempo. Mais rigorosamente, corresponde à descrição estatística da média e variabilidade dos elementos climáticos em períodos de tempo suficientemente longos, precisamente de 30 anos na convenção da Organização Meteorológica Mundial. As normais climatológicas são assim “valores médios calculados para um período relativamente longo e uniforme, compreendendo no mínimo três décadas consecutivas” (WMO, 2017). E têm sido utilizadas com dois principais objetivos: como referência relativamente à qual

as observações atuais ou recentes podem ser comparadas; e, explicita ou implicitamente, para fins preditivos, como um indicador das condições mais prováveis de ocorrerem num dado local (WMO, 2017).

É importante frisar que a noção de “normal” abrange necessariamente a descrição estatística da variabilidade dos diferentes elementos climáticos. Por exemplo, e apelando à memória coletiva, todos testemunhamos que alguns anos são mais quentes que outros, ou mais pluviosos que o “normal”. De facto, a variabilidade climática é uma característica intrínseca do sistema climático, como resultado das oscilações naturais das condições meteorológicas que se fazem sentir em diferentes escalas temporais (mês, estação, ano) e espaciais (local, regional e global).

Compreende-se assim que em estudos de climatologia, ou mais precisamente naqueles versados sobre os riscos climáticos, seja comum usar ‘normais climatológicas’ para estabelecer valores padronizados e, por comparação, identificar anomalias e possíveis eventos excepcionais.

No entanto, a definição do que poderá ser um evento meteorológico ou climático excepcional dificilmente poderá ser universal. Primeiro, porque se as condições climáticas variam espacialmente, o que pode ser considerado um evento excepcional para um determinado local, poderá ser considerado normal para um outro local. Existe inclusivamente uma certa zonalidade na estrutura espacial dos riscos climáticos. Por exemplo, os furacões atingem sobretudo as regiões tropicais, e o entendimento do que poderá ser uma temperatura excepcionalmente alta será necessariamente diferente nas diferentes latitudes e contextos climáticos. Em segundo lugar, dependendo da área setorial para a qual é importante estabelecer limiares/valores guia relativos aos eventos excepcionais, estes poderão ter definições diferentes. Por exemplo, num mesmo contexto climático, os valores guia para as temperaturas excepcionalmente elevadas poderão ser diferentes se estabelecidos nos âmbitos da saúde pública ou da prevenção de incêndios florestais.

Assim, e como discutiremos mais profundamente nos próximos capítulos, o contexto e a escala são fatores essenciais para a compreensão de quando um determinado evento meteorológico ou climático se transforma num risco.

Sobretudo porque tem vindo a aumentar a convicção de que todos estamos crescentemente expostos a riscos meteorológicos e climáticos que podem ter consequências, mais ou menos importantes, no nosso quotidiano. De facto, todos os

cenários climáticos globais indicam um aumento da frequência e intensidade de eventos meteorológicos e climáticos excepcionais. Por outro lado, a crescente pressão sobre o território, patente designadamente na intensificação dos processos de urbanização e na crescente conflitualidade próxima de usos do solo muito diversos, aumenta a exposição e a vulnerabilidade a esses riscos.

Assim, mais do que nunca, importa atuar ao nível da prevenção dos riscos, o que envolve necessariamente o reconhecimento aprofundado e à escala adequada de todas as componentes que lhe estão associadas, desde os processos inerentes à sua manifestação, à avaliação da suscetibilidade e, ainda, aos prejuízos que os riscos poderão comportar para uma dada comunidade, e que, naturalmente, serão diferenciados em função da vulnerabilidade dessa população (Lourenço, 2015; Rebelo, 2010).

Neste trabalho restringimo-nos aos riscos associados episódios excepcionais de temperatura e de vento. Começamos por definir e explicitar os critérios que coexistem para a definição destes episódios excepcionais. E seguidamente exploramos os seus possíveis impactes. Os ventos fortes e o calor ou frio excepcionais podem originar impactes socioeconómicos e ambientais consideráveis, designadamente danos na propriedade pública ou privada, nas vias de comunicação e noutras infraestruturas e equipamentos, a destruição de explorações agrícolas e pecuárias, a interrupção do fornecimento de bens ou serviços básicos (água, eletricidade, telefone, entre outros), a evacuação e desalojamento de pessoas ou a eventual perda de vidas humanas. Para balizarmos o âmbito do presente trabalho, teremos como enfoque as repercussões diretas ou indiretas na saúde e bem-estar, considerando, no entanto, que estes dependem de todas as condições sociais, económicas, e ambientais potencialmente afetadas pelos eventos climáticos ou meteorológicos excepcionais.

Riscos associados a episódios excepcionais de vento

O vento é um movimento do ar originado por diferenças de pressão de origem térmica ou dinâmica. As características e a distribuição espacial destes movimentos são influenciadas por fatores globais, zonais, regionais e locais que determinam a sua duração, intensidade e extensão horizontal e vertical.

Episódios de ventos fortes associados a tempestades ocorrem com frequência em todo o mundo. Conceptualmente, podemos abordar e classificar as tempestades de duas formas distintas:

- 1) A partir do fenómeno meteorológico em si, como por exemplo tempestades de vento, tempestade de neve, chuvas intensas ou tempestades de granizo;
- 2) Ou a partir das condições atmosféricas que propiciam a ocorrência destes fenómenos (Poljansek *et al.*, 2017). Neste caso, os sistemas meteorológicos associados ao desenvolvimento das tempestades podem ser classificados de acordo com os mecanismos de formação e desenvolvimento, pela sua estrutura, localização geográfica, escala espacial ou escala temporal.

Assim, os episódios de ventos fortes podem originar-se em sistemas meteorológicos de características distintas, podendo associar-se a fenómenos de escala sinóptica que se fazem sentir em vastas áreas do território (como as perturbações extratropicais) ou a fenómenos de instabilidade vertical da troposfera de escala espacial e temporal mais restrita. Por exemplo, em condições atmosféricas específicas, super-células de desenvolvimento vertical produzem tornados com ventos localizados muito fortes. Um outro exemplo é dado pelos gradientes locais de temperatura e pressão que se desenvolvem diária e sazonalmente nas áreas costeiras e montanhosas, e que em condições atmosféricas específicas, podem também gerar ventos fortes.

Neste capítulo focamo-nos nos principais tipos de sistemas meteorológicos associados ao desenvolvimento de tempestades - e de episódios de ventos fortes, designadamente os ciclones tropicais, os ciclones extratropicais e os sistemas convectivos. Numa segunda parte, abordamos os possíveis impactes de episódios excepcionais de vento na saúde e bem-estar.

Ciclones extratropicais e tempestades

Na Europa as perturbações extratropicais são as principais responsáveis pela ocorrência de ventos excepcionalmente fortes. Tratam-se de sistemas de baixas pressões de escala sinótica com intensa atividade frontal associada, cujo desen-

volvimento depende de fortes contrastes termohigrométricos e de densidade entre massas de ar, da estrutura baroclínica da troposfera no seu confronto, e também do carácter convergente ou divergente dos fluxos nos níveis altos da troposfera (Ganho, 2003). É durante os meses de outono e inverno que estas condições mais vezes convergem, permitindo a sua formação e evolução desde o Atlântico até à Europa.

Apesar de menos frequentes do que noutras contextos geográficos, os episódios de vento forte constituem um dos riscos meteorológicos mais característicos do nosso território. Alguns estudos têm documentado a génese e os impactes destes episódios na Península Ibérica. Por exemplo Ganho (2013) sintetizou retrospectivamente as causas sinópticas responsáveis pela ocorrência de episódios de ventos tempestuosos de escala sinóptica em Portugal Continental entre 1973 e 2013. Têm também sido contextualizados episódios de ventos fortes associados a tempestades recentes que atingiram a Península Ibérica, como as tempestades Klaus (janeiro 2009) (Liberato *et al.*, 2011) ou Xynthia (fevereiro 2010) (Liberato *et al.*, 2013).

A severidade do episódio de vento forte é influenciada pela sua velocidade e pela sua turbulência (Gibbs, 2004). A velocidade do vento depende essencialmente do gradiente de pressão atmosférica dentro ou entre massas de ar. No entanto, localmente, outros fatores podem afetar a velocidade do vento. De facto, na camada limite atmosférica (CLA) a velocidade do vento é afetada por diversas causas, entre as quais a morfologia do terreno e a rugosidade da superfície terrestre, ou seja, pela distribuição dos obstáculos naturais ou artificiais no território. Assim, em casos de morfologia complexa, podem-se registar grandes modificações nos regimes de vento. O bloqueio, desvio e canalização dos ventos pelos contornos topográficos produzem perturbações que influenciam fortemente as circulações locais (Oke, 1987). Assim, para avaliarmos os riscos associados a ventos tempestuosos de escala sinótica importa conhecer a dinâmica atmosférica, mas também as características geográficas locais e/ou regionais, como o relevo e a ocupação do solo. Por outro lado, ao condicionar esses fatores, o ordenamento do território pode diminuir o risco associado a ventos excepcionalmente fortes.

A Escala de Beaufort classifica a força do vento em 13 categorias (de 0 a 12), em função da sua velocidade e dos seus efeitos no mar e em terra. De acordo com esta escala, ventos com velocidade até 38 Km/h (escala 5) não oferecem perigo, velocidades de vento até 74 Km/h (escala 8) suscitam já alguma atenção e ventos classificados em escalas acima de 9 (velocidade acima de 75 Km/h) são considerados tempestuosos e geradores de consideráveis perdas e danos (TABELA I).

TABELA I - Escala de Beaufort.

TABLE I - Beaufort scale.

Escala	Categoría	m/s	km/h
0	Calmo	0,0 - 0,2	0 - 1
1	Aragens	0,3 - 1,5	1 - 5
2	Fraco	1,6 - 3,3	6 - 11
3	Bonançoso	3,4 - 5,4	12 - 19
4	Moderado	5,5 - 7,9	20 - 28
5	Fresco	8,0 - 10,7	29 - 38
6	Muito Fresco	10,8 - 13,8	39 - 49
7	Forte	13,9 - 17,1	50 - 61
8	Muito Forte	17,2 - 20,7	62 - 74
9	Tempestuoso	20,8 - 24,4	75 - 88
10	Temporal	24,5 - 28,4	89 - 102
11	Temporal Violento	28,5 - 32,6	103 - 117
12	Furacão	>32,7	>118

Fonte: adaptado do Instituto Hidrográfico / Source: adapted from Instituto Hidrográfico.

Os danos provocados pelas tempestades de vento podem ser causados apenas pelo próprio vento, em particular por rajadas, ou pela associação com precipitação intensa. Estes fenómenos excepcionais podem ter impactes diretos na saúde e bem-estar, e também indiretos, por afetarem sistemas vulneráveis, como as florestas, a agricultura, o mobiliário urbano ou as infraestruturas de transporte e energia. De acordo com a base de dados de catástrofes naturais do Munich RE, as tempestades foram o risco natural responsável por maiores prejuízos económicos (em termos de

perdas seguradas) na Europa entre 1980 e 2016 (European Environment Agency, 2018). Também no relatório anual da AON – “Análise de Clima e Catástrofes (2018)” - as tempestades de vento são referidas como o risco mais oneroso para as seguradoras europeias em 2017.

Ciclones tropicais, furacões, tufões

Sandy, Katrina, Matthew, Irma, José, Maria, são apenas alguns exemplos de violentas tempestades tropicais ocorridas nos últimos anos e amplamente divulgadas pela comunicação social pelos seus efeitos materiais e humanos devastadores.

Furacões e tufões são o mesmo fenómeno meteorológico, um centro de baixas pressões não-frontal de escala sinóptica, originado sobre águas tropicais ou subtropicais, com convecção organizada e intensa circulação ciclónica à superfície em torno de um centro bem definido (WMO, 2017). Ou seja, são denominações regionais diferentes para um fenómeno com origem num mesmo sistema, um ciclone tropical, sendo que um furacão se origina no Atlântico Norte e um tufão no Oceano Pacífico.

Os furacões e os tufões recebem nomes para identificá-los e distingui-los uns dos outros durante seu ciclo de vida. De acordo com o National Hurricane Center (2017), dar nomes próprios aos furacões, em vez da anterior identificação por coordenadas geográficas, mostrou-se ser mais eficaz na comunicação do risco.

Em cada região do globo suscetível a ciclones tropicais, um Centro Meteorológico Regional Especializado, e sob o auspício da Organização Meteorológica, é responsável por identificar os ciclones tropicais e determinar a sua intensidade.

Um ciclone tropical origina-se e desenvolve-se a partir de um distúrbio inicial, sendo que a ciclogénese depende, de acordo com Kislow (2008) da coocorrência de várias condições: i) temperatura da água do mar igual ou superior a 26,5°C a uma profundidade de pelo menos 50 metros; ii) uma atmosfera que arrefeça rapidamente com a altitude, gerando movimentos convectivos que permitam que o calor armazenado na água oceânica seja libertado para o desenvolvimento da perturba-

ção; iii) um elevado conteúdo de humidade nos níveis baixos da troposfera; iv) uma distância ao equador de pelo menos 500 km, já que os efeitos da força de Coriolis são imprescindíveis à manutenção do sistema de baixa pressão; v) a preexistência de uma perturbação do campo da pressão à superfície e possuindo vorticidade e convergência organizada; vi) valores baixos de Wind Shear (variação do vento em intensidade e/ou direção com a altitude) entre a superfície e a alta troposfera.

Os ciclones tropicais têm um ciclo de vida de aproximadamente duas a três semanas, passando potencialmente por vários estágios de desenvolvimento com denominações e características específicas (TABELA II)

TABELA II - Estados de desenvolvimento de um ciclone tropical.

TABLE II - Stages of a tropical cyclone.

Classificação	Descrição	Velocidade sustentada do Vento*
Depressão Tropical	O sistema de nuvens apresenta alguma organização e a circulação à superfície começa a ser bem definida. A pressão do ar diminui no seu centro e, consequentemente, a intensidade do vento aumenta. Ainda não apresenta olho nem a forma típica que caracteriza estas tempestades.	< 63 Km/h
Tempestade Tropical	Se a depressão tropical continuar o seu processo de desenvolvimento, os sistemas nebulosos mostram-se progressivamente mais bem organizados, sendo o padrão típico de tempestade tropical cada vez mais perceptível. A circulação à superfície é bem definida e atingem-se crescentes intensidades de vento médio, sendo que quando superam os 63 km/h, a depressão é designada por tempestade tropical, e é-lhe atribuído um nome.	63-118 km/h
Furacão	Se a pressão à superfície continuar a diminuir, a tempestade tropical intensifica-se, tornando-se num furacão quando a intensidade do vento médio atingir valores de, pelo menos, 119 km/h. Nesta fase, a circulação é bastante bem definida e o sistema nebuloso é composto por células convectivas muito desenvolvidas. As nuvens médias e altas formam um “escudo” que pode atingir um diâmetro com cerca de 600 km e um pronunciado efeito de rotação, podendo formar um olho no seu centro.	>118 km/h

* velocidade do vento observada durante 1 minuto a 10 metros da superfície

Fonte: adaptado de IPMA / Source: adapted from IPMA.

Os furacões são classificados utilizando a Escala Saffir-Simpson, que considera cinco categorias ordenadas de acordo com sua intensidade (TABELA III). No entanto, alguns casos, as tempestades de categoria inferior podem ocasionar maiores danos que as de categorias mais altas, em virtude da vulnerabilidade e do nível de exposição das áreas afetadas.

TABELA III - Escala Saffir-Simpson.

TABLE III - Saffir-Simpson scale.

Categoria	Velocidade sustentada do vento (Km/h)*
1	119-153
2	154-177
3 (major)	178-208
4 (major)	209-251
5 (major)	>=252

* velocidade do vento observada durante 1 minuto a 10 metros da superfície

Fonte/*Source*: adaptado de/*adapted from* National Hurricane Center.

Uma vez que as águas quentes da superfície do oceano constituem a principal fonte de energia dos ciclones tropicais, estes enfraquecem-se quando entram em contacto com as superfícies continentais. Trata-se, portanto, de um episódio excepcional que afeta sobretudo as áreas oceânicas e costeiras. Entre os principais efeitos encontram-se ventos intensos (sobretudo à volta do olho), mas também precipitações intensas e trovoadas. Mas mais do que o vento ou a precipitação, o maior perigo nas regiões costeiras advém das ondas e das inundações provocadas pelo “*stormsurge*”, a elevação do nível da superfície da água do mar devido aos efeitos da baixa pressão atmosférica e do vento muito forte.

Tornados e trombas de água

Os ventos associados a movimentos convectivos podem atingir intensidades extremas sob a forma de tornados ou trombas de água. Contrastam com os ventos originados em ciclones sobretudo pela sua menor escala temporal de vigência e também pelo facto de serem fenómenos muito localizados.

Um tornado é um fenómeno meteorológico que se manifesta por uma coluna de ar com rotação intensa, em contacto com a superfície, situada na base de uma

nuvem cumuliforme, que se pode tornar visível pela existência de uma coluna ou cone nebuloso invertido ou por uma nuvem rodopiante de detritos e poeiras junto ao solo (American Meteorological Society, 2018).

Utilizam-se as designações de tornado (ou tromba terrestre) ou tromba de água (ou tromba marítima) de acordo com a superfície sobre a qual a circulação se desenvolve. Se o fenómeno se produz sobre o solo, é denominado de tornado, e se ocorrer sobre uma grande extensão líquida (como a superfície do mar ou de um lago), é denominado de tromba de água.

Os tornados estão associados a fortes movimentos convectivos, sendo que a maioria os mais violentos se desenvolvem a partir de super-células de desenvolvimento vertical. O diâmetro de um tornado é habitualmente da ordem de algumas dezenas de metros, podendo ocasionalmente ser superior a um quilómetro. O seu ciclo de vida pode ir de alguns minutos a algumas horas, período de tempo em que pode percorrer dezenas de quilómetros.

Os tornados constituem, à escala local, a mais intensa de todas as circulações atmosféricas. A velocidade dos ventos, associada à baixa pressão do seu interior, desencadeia um efeito de sucção capaz de destruir praticamente todos os tipos de estruturas existentes. Por outro lado, e uma vez que na sua circulação são arrastadas poeiras ou outros detritos da superfície do solo, tal poderá contribuir para tornar o turbilhão ainda mais consistente.

O rastro de destruição de um tornado pode variar de dezenas de metros a quilómetros de extensão, com velocidades de vento que podem chegar a 500 km/h. Devido à grande dificuldade de efetuar medições diretas da intensidade do vento no interior dos tornados, estes são habitualmente classificados em função da natureza dos danos que produzem. É importante lembrar que o tamanho de um tornado, a sua duração ou a extensão da área afetada não são necessariamente indicadores da sua intensidade. Tornados de dimensão inferior podem ser mais intensos a outros de maior dimensão.

A qualificação da intensidade dos tornados é, na atualidade, efetuada recorrendo à escala de Fujita Melhorada (Enhanced Fujita - EF), que compreende 6 níveis (EF0 a EF5) e que classifica os tornados de acordo com a natureza dos danos produzidos (TABELA IV).

TABELA IV - Escala Fujita melhorada.

TABLE IV - Enhanced Fujita Scale.

Classe	Intensidade do vento (rajada 3 segundos, km/h)
EF0	105-137
EF1	138-177
EF2	178-217
EF3	218-266
EF4	267-322
EF5	>322

Fonte/*Source*: adaptado de/*adapted from* NOAA.

Têm sido observados tornados em todos os continentes, exceto na Antártida, mas são mais frequentes nos Estados Unidos (particularmente no ‘corredor de tornados’ das planícies centrais), sendo estimada a ocorrência anual de cerca de 1000 tornados. Estes podem ocorrer em qualquer altura do ano e a qualquer hora do dia, mas são mais frequentes na primavera e ao final da tarde (American Meteorological Society, 2018).

Na Europa, e de acordo com Antonescu *et al.* (2016), foi registada uma média anual de 240 tornados entre 2000 e 2014. Os mesmos autores detetaram uma tendência de acréscimo das incidências ao longo das últimas décadas, associando este facto à melhoria dos serviços de deteção e registo de tornados. Também em Portugal durante muito tempo se pensou que não ocorriam tornados, ou que estes seriam muito raros, o que na verdade se associa ao facto de não existir um registo da ocorrência destes fenómenos (Leitão, 2003), persistindo ainda até aos nossos dias grandes lacunas no seu estudo (Belo-Pereira *et al.*, 2017).

Impactes dos episódios excepcionais de vento na saúde e bem-estar

As tempestades de vento estão entre os fenómenos meteorológicos excepcionais mais destrutivos. Os seus impactes socioeconómicos, e os efeitos na saúde e bem-estar das populações, dependem da severidade do evento, mas também da vulnerabilidade dos bens e da população exposta a esse risco.

A natureza dos episódios de vento forte condiciona obviamente a escala temporal e espacial dos fenómenos. Assim, por exemplo as perturbações extratropicais expõem normalmente um grande número de pessoas aos riscos a elas associados. Já os ventos fortes originados em tempestades convectivas, como os tornados, têm uma abrangência espacial e temporal mais restrita. Por isso, apesar de poderem ter efeitos devastadores, muitos deles ocorrem sem qualquer consequência para a saúde e bem-estar humanos.

Neste capítulo abordamos os possíveis efeitos de eventos de vento excepcionalmente forte na sociedade e na saúde e bem-estar humanos. Recorrendo à sistematização proposta por Goldman *et al.* (2014), expomos aqui os impactes diretos, aqueles sentidos no momento da ocorrência do episódio de ventos fortes, e também os impactes indiretos, que poderão ocorrer na preparação para o evento ou após a sua ocorrência (fig. 1).

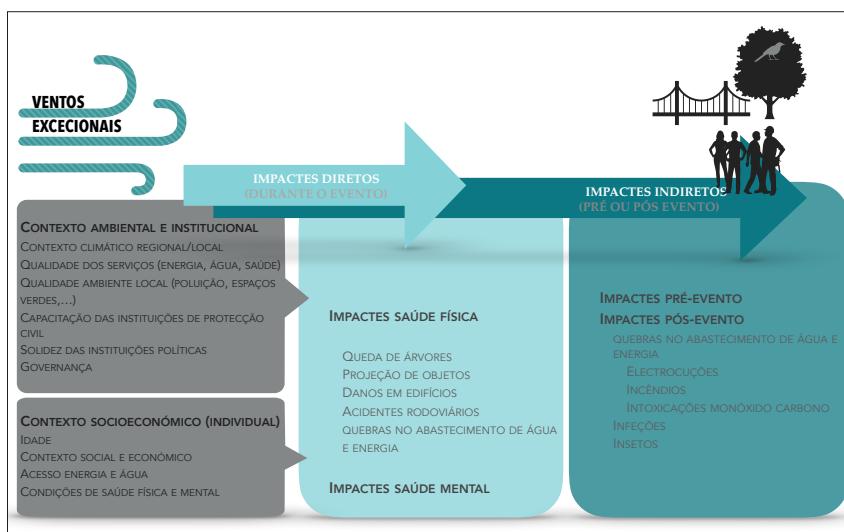


Fig. 1 - Possíveis impactes dos episódios excepcionais de vento na sociedade, e especificamente na saúde e bem-estar humano.

Fig. 1 - Impacts of extreme winds on society, specifically on health and well-being.

Dentro dos impactes diretos, incluem-se todos os possíveis efeitos negativos da força do vento na saúde e bem-estar humanos no decurso do evento, considerando

ferimentos, mortes e também os efeitos na saúde psíquica. Estes impactes normalmente estão associados à ocorrência de danos materiais que podem ser, indiretamente, letais para as pessoas.

A queda de árvores é um dos efeitos mais recorrentes de episódios de ventos fortes, sendo esta também frequentemente referida como a principal causa de morbilidade e mortalidade. Num estudo retrospectivo, Schmidlin T. (2009) identificou 407 mortes devidas a quedas de árvores nos EUA entre 1995 e 2007. Outro exemplo é dado pelo estudo dedicado às causas das mortes na América do Norte e Caraíbas associadas ao Furacão Sandy, onde Diakakis *et al.* (2015) detetaram que 20 das 72 mortes por impacte direto foram devidas à queda de árvores. Em Portugal são recorrentes as notícias de quedas de árvores em momentos de tempestades. A título de exemplo, a tempestade Ana de Dezembro de 2017, provocou a queda de 389 árvores e pelo menos um morto e dois feridos (Jornal Público).

O arrastamento de objetos e detritos é também tido como das principais causas de mortes e ferimentos provocados por ventos velozes, o que pode estar associado a danos nos edifícios, especialmente aqueles com menor qualidade de construção (Goldman *et al.*, 2014).

A influência de ventos fortes no aumento na morbilidade e mortalidade devido a acidentes rodoviários ainda não está explorada extensivamente na literatura científica, existindo, contudo, indícios de que pelo facto de os ventos fortes diminuírem a estabilidade dos veículos, tornarem mais difícil o seu controlo, e poderem causar restrições à visibilidade e eventuais bloqueamentos das vias, poderão aumentar o risco de acidentes rodoviários (Theofilatos A, Yannis G., 2014).

Ainda nos impactes diretos, devem-se referir os possíveis impactes no bem-estar psíquico. Mas sendo este um campo complexo, envolto em múltiplas e intrincadas variáveis, as poucas evidências apontam sobretudo para distúrbios pós-traumáticos associados a ventos fortes e em associação com perdas e danos daí resultantes. A título de exemplo, Laurine *et al.* (2018) mostraram o estado de stress pós-traumático das vítimas da tempestade Xynthia de 2010, em França, se mantinha sete anos após a sua ocorrência.

Considerando os impactes indiretos, poderão ocorrer danos físicos desde logo quando há lugar a procedimentos de preparação para o evento excepcional, designadamente em resultado de acidentes no desenvolvimento de obras de defesa das habitações ou de corte preventivo de árvores (Shultz *et al.*, 2005). É a fase pós-impacte que, contudo, pode ter mais efeitos na morbidade e mortalidade, e desde logo em resultado das operações de limpeza e restauro das áreas afetadas. Um dos principais fatores desencadeantes é a usual quebra de fornecimento de energia e consequente uso de fontes de energia alternativas, estando documentado um aumento da morbidade e mortalidade devido a electrocuações, incêndios e à inalação de monóxido de carbono. Outros possíveis impactes relacionam-se com infecções derivadas de más condições sanitárias e com a exposição a insetos (Goldman *et al.*, 2014).

Riscos relacionados a episódios excepcionais de temperaturas

Episódios excepcionais de temperatura, tanto de calor como de frio, ocorrem com frequência por todo o mundo (fig. 2). Correspondem geralmente a modificações no padrão de circulação da atmosfera, designadamente a situações de ‘bloqueio’ associadas à persistência de sistemas de altas pressões por vários dias. E todos os cenários climáticos produzidos com base em modelos climáticos globais apontam para um aumento da frequência e intensidade de episódios excepcionais de temperatura, evidências estas que têm alertado a comunidade científica internacional para os possíveis impactes na saúde humana.

São de facto numerosos os estudos que têm vindo a demonstrar os impactes das temperaturas excepcionalmente altas ou baixas na saúde das populações, levando alguns autores a produzir sistematizações das evidências que têm vindo a ser acumuladas em estudos realizados em escalas e contextos geográficos muito diferenciados (p.e. Bunker *et al.*, 2016; Song *et al.*, 2017)

Embora seja consensual que tanto os episódios excepcionais de calor como os de frio têm impactes no sistema respiratório e circulatório e, portanto, afetam a saúde das populações, a importância relativa que lhes tem sido dada é hoje motivo de um aceso debate académico (Gasparini *et al.*, 2015).

De facto, uma parte significativa da investigação e das políticas públicas tem-se centrado nas ondas de calor. A “onda de calor” de Agosto de 2003, que terá custado a vida a mais de 70 000 pessoas, sobretudo na Europa (Robine, Cheung, Le Roy e Van Oyen, 2008), despoletou um interesse crescente pelo efeito dos episódios excepcionais de calor na morbidade e mortalidade da população. Os estudos epidemiológicos revelaram que o excesso de óbitos associado ao calor se concentrou em alguns grupos de risco predefinidos. De facto, como estudos posteriores sobre outros episódios excepcionais de calor vieram a confirmar, e como desenvolveremos mais à frente, os idosos, os doentes crónicos, os indivíduos socialmente isolados e as faixas populacionais socioecononomicamente mais débeis são particularmente vulneráveis em contextos de calor excessivo (Monteiro *et al.*, 2014a).

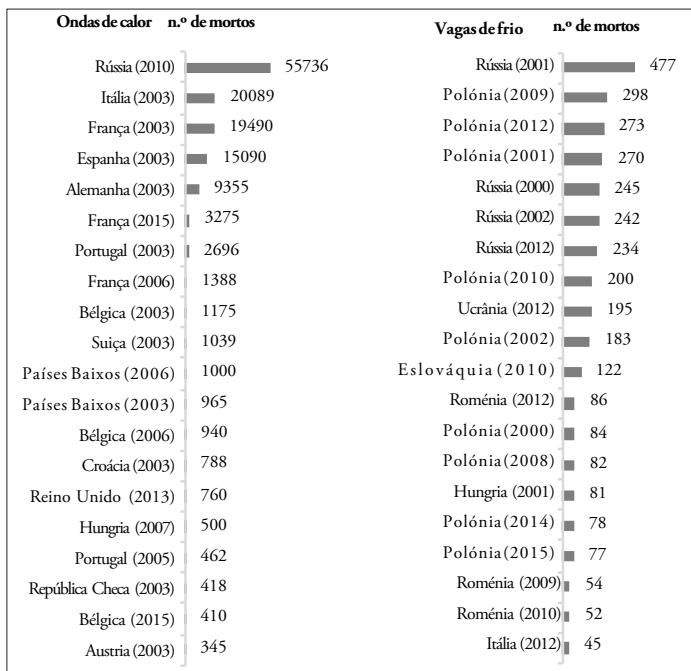


Fig. 2 - Número de mortes atribuídos a ondas de calor e vagas de frio por país europeu entre 2000 e 2018. Apresentam-se somente os 20 eventos com maior número de mortes (Fonte: adaptado de EM-DAT: The Emergency Events Database).

Fig. 2 - Number of deaths attributed to heat waves and cold spells, by European country, between 2000 and 2018. Only the 20 events with the highest number of deaths are presented (Source: EM-DAT: adapted from The Emergency Events Database).

O impacte dos eventos excepcionais de frio na saúde das populações tem tido menos repercussão, ainda que os seus efeitos na mortalidade sejam comparáveis ou superiores, inclusivamente em países onde o Inverno é considerado ameno como Portugal, e que a população mais vulnerável seja sensivelmente a mesma (Monteiro *et al.*, 2014a). Por exemplo num estudo recente envolvendo 348 cidades de 13 países diferentes, Gasparrini *et al.* (2015) estimaram que nessas cidades o impacte do frio tem sido aproximadamente 50 vezes maior ao do calor.

Varias razões têm sido apontadas para a maior difusão dos estudos dedicados às ondas de calor, como por exemplo: haver uma maior sensibilização publica para o denominado ‘aquecimento global’; o facto de o efeito das vagas de frio na saúde ser menos direto, a mais longo prazo, e mais propicia a ser mascarado noutras patologias ou por outros agentes infeciosos; e, como referem Carmona *et al.* (2016), uma das principais razões para a mortalidade derivada das baixas temperaturas ser menos estudada do que a devida ao calor residirá no facto de nunca ter havido um fenómeno de saúde pública tão impressivo e divulgado como a onda de calor de 2003 da Europa. Acresce ainda o facto de os cenários climáticos globais enfatizarem o aumento da frequência, duração e intensidade de ondas de calor e uma tendência geral para a diminuição de vagas de frio, só possivelmente invertida nas médias latitudes. Mas como sublinham Gasparrini *et al.* (2015), uma redução na frequência, duração e intensidade de vagas de frio pode não se traduzir numa diminuição da morbidade e mortalidade associada ao frio. De facto, e ainda segundo os mesmos autores, surgem evidências que enquanto a mortalidade associada ao calor está a diminuir devido ao desenvolvimento de mecanismos de adaptação, a mortalidade associada ao frio tem-se mantido constante ou mesmo em crescimento.

Neste capítulo começamos por desenvolver o que entendemos por episódios excepcionais de temperatura, procurando designadamente evidenciar a multiplicidade de critérios que coexistem para a sua identificação e, portanto, a complexidade que lhe é inerente. Numa segunda parte, abordamos os possíveis impactes de eventos excepcionais de temperatura na sociedade em geral e especificamente na saúde e bem-estar humanos.

O que são episódios excepcionais de temperatura?

Episódios excepcionais de temperatura podem ocorrer numa ampla gama de escalas temporais e espaciais. Dado os seus impactos societais, especialmente na saúde e bem-estar humanos, têm vindo a acumular-se indicadores capazes de traduzir tanto o contexto em que os eventos de temperatura ocorrem, como os seus impactos diretos e indiretos na saúde das populações. Na TABELA V, e a título de exemplo, apresentamos uma síntese dos indicadores propostos pelo Expert Team on Climate Change Detection and Indices (ETCCDI).

TABELA V - “Índices de Temperaturas Extremas” - ETCCDI.

TABLE V - “Climate Extremes Index” - ETCCDI.

Indicador		Definição
TXx	Dia mais quente	Valor máximo mensal da temperatura máxima diária (°C)
TNx	Noite mais quente	Valor máximo mensal da temperatura mínima diária (°C)
TN90p	Noites quentes	Percentagem de dias em que a temperatura mínima diária >percentil 90 (%)
TX90p	Dias quentes	Percentagem de dias em que a temperatura máxima diária >percentil 90 (%)
SU	Dias de verão	Contabilização anual dos dias em que a temperatura máxima diária >25°C (nº dias)
TR	Noites tropicais	Contabilização anual dos dias em que a temperatura mínima diária >20°C (nº dias)
WSDI	Duração das ondas de calor	Contabilização anual dos períodos com pelo menos 6 dias consecutivos de temperatura máxima diária >percentil 90
TXn	Dia mais frio	Valor mínimo mensal da temperatura máxima diária (°C)
TNn	Noite mais fria	Valor mínimo mensal da temperatura mínima diária (°C)
TN10p	Noites frias	Percentagem de dias em que a temperatura mínima diária <percentil 10 (%)
TX10p	Dias frios	Percentagem de dias em que a temperatura máxima diária <percentil 10 (%)
ID	Noites com geada	Contabilização anual dos dias em que a temperatura mínima diária <0°C
FD	Dias com geada	Contabilização anual dos dias em que a temperatura máxima diária <0°C
CSDI	Duração das vagas de frio	Contabilização anual dos períodos com pelo menos 6 dias consecutivos de temperatura mínima diária <percentil 10
DTR	Amplitude térmica	Amplitude média mensal entre as temperaturas máximas e mínimas diárias (°C)
GSL	Duração do ciclo vegetativo	Contabilização anual (1 de Jan. a 31 de dez no HN) do número de dias entre o primeiro período de pelo menos 6 dias com temperatura média diária >5°C e o primeiro período após 1 de Julho (HN) de 6 dias com temperatura média diária <5°C (nº dias)

Fonte: adaptado de CLIMDEX / Source: adapted from CLIMDEX.

Um dos mais métodos mais básicos de identificação de eventos excepcionais de temperatura baseia-se na identificação dos momentos em que a temperatura ultrapassa um certo ‘limiar’. Esse valor limiar será um valor concreto de temperatura elevada ou baixa, acima ou abaixo do qual são expectáveis impactes na saúde. Uma vez que os valores limiares apresentam importantes variações geográficas e sazonais, a utilização de percentis é muito corrente como modo de relativizar a ocorrência de valores extremos. Por exemplo os percentis 5 e 95 da temperatura (média, mínima ou máxima) registada num dado local são correntemente utilizados para definir os limiares acima e abaixo dos quais se consideram existir temperaturas excepcionalmente baixas ou altas. A identificação da probabilidade ocorrência de uma temperatura de determinada magnitude, normalmente definida por períodos de retorno e expressa em intervalos de tempo, é também vulgarmente utilizada na identificação de episódios excepcionais de temperatura (Poljanšek *et al.*, 2017).

A duração do episódio excepcional de temperatura pode ser um fator determinante em termos de impactes na saúde, considerando-se genericamente que quanto maior for esse período maiores serão esses impactes. Estamos neste caso perante o que se designa por ‘ondas de calor’ ou ‘vagas de frio’.

Do ponto de vista da saúde humana, uma onda de calor (ou uma vaga de frio) pode genericamente ser considerada como um período com anomalias térmicas continuadas resultando num ou vários impactes na saúde, designadamente na mortalidade, na morbidade e na utilização de serviços de emergência (Kovats *et al.*, 2006).

Em Portugal, o IPMA segue as definições adotadas pela Organização Meteorológica Mundial. Considera, portanto, que existe uma onda de calor quando num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio diário do período de referência. Porém, o próprio IPMA refere que esta definição está mais relacionada com o estudo da variabilidade climática, e não tanto com possíveis os impactes na saúde das populações, que podem derivar de períodos mais curtos de temperaturas excepcionalmente elevadas (IPMA, 2018).

Apesar do uso comum das designações de onda de calor e vaga de frio, e das várias propostas de definições ‘universais’ (TABELA VI), a realidade é que não existe uma definição única do que é uma onda de calor e uma vaga de frio (Poljanšek *et al.*, 2017).

De facto, os efeitos do calor ou do frio não dependem só da temperatura em si, mas também das condições em que o aumento ou diminuição da temperatura ocorreram e também de outras condições climáticas (Ekamper *et al.*, 2010).

Por exemplo, os efeitos dos episódios excepcionais de temperatura podem ser mais ou menos instantâneos ou terem um efeito retardado. Ou seja, tanto no caso de ondas de calor como de ondas de frio, o período temporal em que os seus efeitos se desenvolvem depende da patologia específica, podendo nuns casos ser imediato (p.e. os efeitos do calor nos enfartes agudos do miocárdio), ou dilatar-se por períodos de tempo mais longos (Ekamper *et al.*, 2010). Refira-se a título de exemplo que Monteiro *et al.* (2012) detetaram que os efeitos das vagas de frio na morbilidade por doença pulmonar obstrutiva crónica ocorrem com um desfasamento de pelo menos duas semanas.

Por outro lado, os efeitos da temperatura podem ser modificados pela ação de outras variáveis climáticas. De facto, a investigação sobre os índices de ondas de calor e vagas de frio, e o seu impacte na saúde, tem-se centrado em duas principais abordagens: a utilização da temperatura como variável climática isolada; a utilização de combinações de variáveis climáticas (Monteiro *et al.*, 2013). Para as ondas de calor, os índices normalmente combinam a temperatura com a várias dimensões de humidade e velocidade do vento (TABELA V). A título de exemplo refira-se que para o Porto, numa investigação conduzida por Monteiro *et al.* (2013) o *Heat Index*, um índice de conforto bioclimático que combinando a temperatura e a humidade relativa procura avaliar a temperatura vivenciada pelos seres humanos em momentos de calor excessivo, revelou-se eficaz para explicar os impactes da onda de calor de julho de 2006 na mortalidade e morbilidade. Num outro estudo dedicado à relação entre vagas de frio e internamentos por doença pulmonar obstrutiva crónica (Monteiro *et al.*, 2012), o Índice Ondas revelou-se como o mais eficaz para detetar os efeitos prolongados do frio na saúde, enquanto que o Índice Diaz se revelou mais eficiente para identificar as consequências a curto prazo.

A intensidade e a duração das ondas de calor são fatores determinantes na extensão dos impactes na saúde, mas há outros fatores mais sensíveis que poderão concorrer para esta relação e que têm vindo a ser crescentemente investigados. É o caso de fatores como as grandes alterações de temperatura em curtos espaços de tempo, ou as condições de temperatura durante a noite, que segundo alguns estudos poderão ter

TABELA VI - Exemplos de critérios usados na definição de episódios excepcionais de temperatura.
TABLE VI - Examples of criteria used to define periods of extreme heat and cold.

Critérios de definição de períodos de calor extremo	
Índice Díaz	Pelo menos 2 dias consecutivos com Tmax (29°C) e Tmin (17°C) > P90 (Maio-Setembro)
Índice da Organização Meteorológica Mundial (OMM) - HDWI	Pelo menos 6 dias consecutivos com Tmax > 5°C ao valor médio diário do período de referência
Thom's Discomfort Index (Eurometeo)*	ID = T - 0.55(1-0.01UR) (T - 14.5), onde T - temperatura do termómetro seco (°C) e Ur - Humidade relativa (%)
	6 dias consecutivos com Temp - nível iv (28°C a 29°C)
	5 dias consecutivos com Temp - nível v (30°C a 32°C)
	8 dias consecutivos com T aparente - nível III (27°C a 38°C)
	4 dias consecutivos com Temp - nível V (> 32°C)
Heat Index*	HI= -42.379+(2.04901523×T)+(10.14333127×R)-(0.22475541×TxR)-(6.83783×10 ⁻³ ×T ²)-(5.4481717×10 ⁻² ×R ²)+(1.22874×10 ⁻³ ×T ² ×R)+(8.5282×10 ⁻⁴ ×T×R ²)-(1.99×10 ⁻⁶ ×T ² ×R ² , onde T - Temperatura do ar (°C) e R - Humidade Relativa (%)
	Pelo menos 5 dias consecutivos com Tap - nível I [27°C a 31°C]
	Pelo menos 4 dias consecutivos com Tap - nível II [32°C a 40°C]
	Pelo menos 3 dias consecutivos com Tap - nível III [41°C a 53°C]
	Pelo menos 2 dias consecutivos com Tap - nível IV (\geq 54°C)
Critérios de definição de períodos de frio extremo	
Índice Díaz	Pelo menos 2 dias consecutivos com Tmax (11,2°C) e Tmin (1,6°C) < P10 (Nov-Mar)
Índice da Organização Meteorológica Mundial (OMM)	Pelo menos 6 dias consecutivos com Tmin < 5°C ao valor médio diário do período de referência
Cold Spell Duration Index (CSDI - OMM)	Pelo menos 6 dias consecutivos com Tmin < P10 Tmin (3,7°C) da série anual
Australian Meteorological (CSDI)	Pelo menos 4 noites consecutivas com Tmin \leq P10 (1,6°C) (Nov-Mar)
Índice do Projecto Ondas	Pelo menos 7 dias consecutivos com Tmin \leq P30 (5°C) (Nov-Mar)
Índice Díaz	Pelo menos 2 dias consecutivos com Tmax (11,2°C) e Tmin (1,6°C) < P10 (Nov-Mar)

* Índices bioclimáticos - combinam mais do que uma variável climática cujo resultado final é a temperatura aparente (TAp).

Fonte: adaptado de Monteiro *et al.*, 2012 / Source: adapted from Monteiro *et al.*, 2012.

efeitos quer na morbilidade quer na mortalidade (Schneider e Breitner, 2016, Ekamper *et al.*, 2010). Também um número crescente de estudos tem vindo a evidenciar que anomalias térmicas não passíveis de serem consideradas excepcionais poderão ter impactes consideráveis na saúde (Bunker *et al.*, 2016; Gasparini *et al.* 2015).

Importa ainda referir que o impacte de eventos excepcionais de temperatura depende também do contexto climático regional. A importância do contexto climático foi bem evidenciada na investigação de Liddell *et al.* (2016) sobre a mortalidade associada ao frio na Europa, evidenciando valores mais elevados em países com invernos moderados, como Malta, Portugal Chipre ou Espanha. Este já denominado ‘excess winter mortality paradox’ (Healy, 2003), indica que existe um maior risco de mortalidade pelo efeito de vagas de frio no sul da Europa, onde os invernos são mais amenos, do que em países do norte de Europa, sujeitos habitualmente a invernos mais rigorosos. Várias razões concorrem para explicar este paradoxo: a capacidade económica para utilização de sistemas de climatização, a qualidade das habitações designadamente em termos energéticos, ou a capacidade de ajustamento do estilo de vida a contextos de frio, são apenas alguns dos possíveis fatores explicativos (Healy, 2003).

Impactes dos episódios excepcionais de temperatura na saúde e bem-estar

Os episódios excepcionais de temperatura afetam diretamente a saúde humana por comprometerem a capacidade do corpo humano regular a sua temperatura interna. A perda de capacidade de regular a temperatura interna pode ter efeitos diretos e em cascada na saúde humana, incluindo, para o caso do calor (fig. 3), desidratação, cãibras, exaustão pelo calor ou golpes de calor e, para o caso do frio (fig. 4), hipotermia ou enregelamento/congelamento. Mas na realidade, poucas das mortes relacionadas com episódios excepcionais de temperatura, de calor ou de frio, são atribuídas diretamente à hipertermia ou à hipotermia (Rau, 2007). Ou seja, a morbilidade e mortalidade associada a eventos excepcionais de temperatura deve-se sobretudo ao agravamento de patologias respiratórias, cerebrovasculares e cardiovasculares.

Tanto os episódios excepcionais de calor como de frio são associados ao agravamento do risco de morbilidade e mortalidade por uma ampla gama de causas do foro respiratório, cardiovascular e cerebrovascular, sugerindo a existência de múltiplos, complexos e intrincados mecanismos fisiológicos (Gasparini *et al.*, 2015).

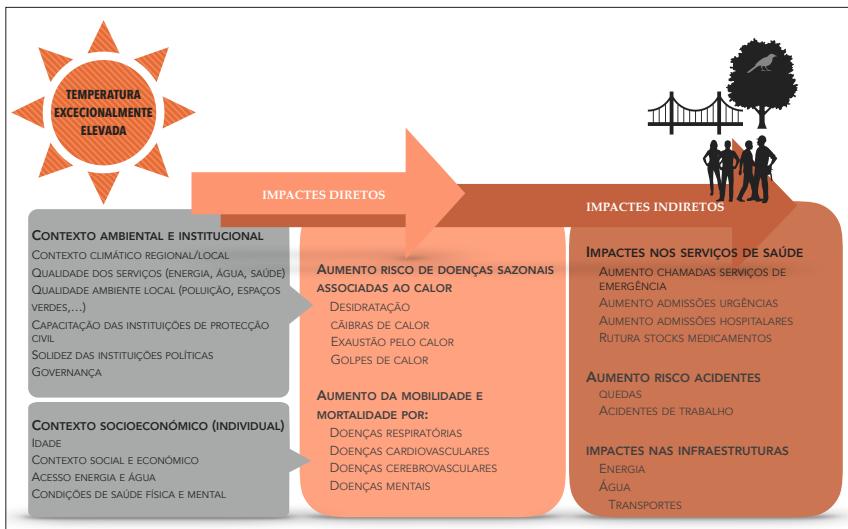


Fig. 3 - Possíveis impactes de episódios excepcionais de calor na sociedade, e especificamente na saúde e bem-estar humano.

Fig. 3 - Possible impacts of extreme heat, specifically on health and well-being.

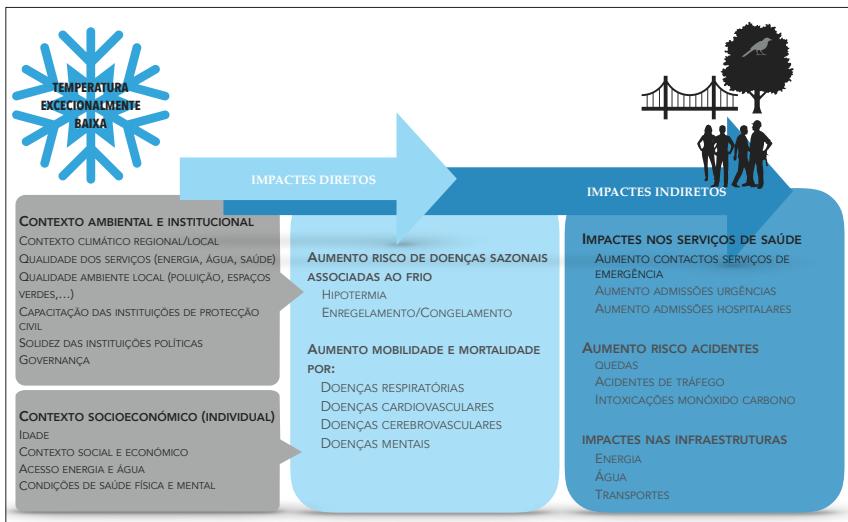


Fig. 4 - Possíveis impactes dos episódios excepcionais de frio na sociedade, e especificamente na saúde e bem-estar humano.

Fig. 4 - Possible impacts of extreme cold, specifically on health and well-being.

No Inverno, por exemplo, o excesso de mortalidade é atribuído tanto a causas do foro respiratório, como cardiovascular ou cerebrovascular. E ainda que as patologias do foro respiratório sejam aquelas que têm um efeito sazonal mais marcado, não são geralmente aquelas que mais contribuem para os picos de morbidade e mortalidade associado ao frio (Rau, 2007). De facto, uma parte significativa da morbidade e mortalidade associada ao frio tem causas do foro cardiovascular e cerebrovascular, muitas inclusivamente coincidentes com aquelas associadas ao calor (Ekamper *et al.*, 2010).

Também para o caso da saúde psíquica é amplamente reconhecido que esta poderá ser influenciada pela ocorrência de temperaturas excepcionais. Por exemplo, estão reportadas evidências da relação entre a ocorrência de temperaturas elevadas e o aumento do risco de suicídio, sendo, no entanto, reconhecidas lacunas no conhecimento nos mecanismos associados à relação entre a ocorrência de temperaturas excepcionais e o aumento da morbidade e mortalidade entre as pessoas com distúrbios mentais (Thompson *et al.*, 2018).

Assim, ainda que seja consensual a ideia genérica de que a temperatura influencia a morbidade e mortalidade, ideia esta já defendida por Hipócrates há mais de 2000 anos atrás, persistem até à atualidade dúvidas sobre importância relativa deste efeito, assim como as circunstâncias específicas em que se estabelece. Vários fatores explicativos podem ser evocados.

Um primeiro grupo de razões, e que já foi parcialmente evocado no capítulo anterior, relaciona-se com a dificuldade de identificar com precisão os mecanismos envolvidos nesta relação. Por um lado, o período temporal em que os efeitos dos episódios excepcionais de frio ou calor se manifestam depende da patologia específica, podendo nuns casos ser imediato (p.e. os efeitos do calor nos enfartes agudos do miocárdio), ou dilatar-se por períodos de tempo mais longos (p.e. os efeitos do frio nalgumas doenças respiratórias). Por outro lado, os efeitos dos episódios excepcionais de temperatura na saúde humana podem ser modificados ou mascarados pela ação de outras variáveis, dificultando a identificação dos efeitos diretos. Por exemplo, o aumento da poluição atmosférica resultante de uma situação sinótica favorável à ocorrência de uma onda de calor pode afetar mais a morbidade e a mortalidade do que a ação direta da temperatura excepcionalmente elevada. Similarmente, o desen-

volvimento de algumas patologias possivelmente associadas ao frio ou calor podem desenvolver-se simultaneamente a períodos de atividade viral (por exemplo a gripe no inverno), contribuindo uma vez mais para a dificuldade de isolar os mecanismos explicativos. Acresce ainda o facto, e em grande parte devido aos fatores enunciados anteriormente, de haver uma grande dificuldade de identificar e reportar os casos clínicos em que a temperatura possa ter sido um fator desencadeante. Assim, a morbilidade e a mortalidade associadas a episódios excepcionais de temperatura estão normalmente subestimadas (Sarofim *et al.*, 2016), comprometendo desde logo os estudos retrospetivos sobre a relação entre temperatura e saúde.

Em segundo lugar, o impacte dos episódios excepcionais de temperatura na saúde é social e territorialmente heterogéneo, porque a suscetibilidade e a vulnerabilidade relativamente a eventos térmicos excepcionais são também elas variáveis. De facto, nos estudos que relacionam os impactes do calor e do frio excessivos na morbilidade e mortalidade humana, é frequente encontrarmos a discussão sobre se determinados grupos populacionais e territórios são mais vulneráveis que outros. Ou seja, tanto para o caso do calor como do frio existem graus diferenciados de vulnerabilidade consoante a idade, o género, o nível socioeconómico, e as características do local de residência (ver por exemplo as sistematizações de Poljanšek *et al.*, 2017 e Gronlund, 2018).

Os idosos são mais vulneráveis tanto ao calor como ao frio excessivos, devido à fragilidade do seu estado de saúde, muitas vezes com medicação associada, que interfere com a capacidade de termorregulação. Tal é vulgarmente agravado pela menor autonomia física e psíquica, que quando associada ao isolamento social, transforma este grupo num dos mais vulneráveis às ondas de calor e vagas de frio, e também num dos menos aptos a adaptar os seus comportamentos perante a ocorrência de um evento térmico excepcional. Recorde-se, a título ilustrativo, a memorável onda de calor de 2003 na Europa, em que de acordo com as estatísticas oficiais, os indivíduos acima dos 75 anos constituíram em França 69% e em Portugal 58% do excesso de óbitos registados (ONS, 2004).

Alguns trabalhos sugerem que as pessoas com patologias pré-existentes (por exemplo, diabetes mellitus, doenças cardíacas, doenças respiratórias ou doenças mentais) estão em maior risco de morte durante os episódios excepcionais de temperatura, tanto pelo efeito direto nos processos fisiológicos do corpo humano e menor

capacidade de acionar os processos de termorregulação, como também na sua provável menor capacidade para adaptar comportamentos.

Por outro lado, o contexto socioeconómico da população pode também ser determinante na maior ou menor vulnerabilidade perante episódios excepcionais de temperatura. Os estratos socioeconómicos mais baixos possuem frequentemente piores condições de habitação, menor capacidade de acesso a fontes energéticas para aquecimento/arrefecimento e uma maior iniquidade no acesso a serviços de saúde, tendo, portanto, uma menor capacidade geral de adaptação perante um evento térmico excepcional.

A desigual capacidade de acesso à energia é precisamente um dos fatores essenciais na explicação das diferentes capacidades de adaptação da população a eventos meteorológicos e climáticos excepcionais. Como já atrás evidenciamos parece existir um maior risco de mortalidade pelo efeito de vagas de frio no sul da Europa, onde os invernos são mais amenos, do que em países do norte de Europa, sujeitos habitualmente a invernos mais rigorosos (Healy, 2003). Este aparente paradoxo é bem explicado pelo efeito da ‘pobreza energética’, sendo que o conforto *indoor* fica à mercê da capacidade económica – muitas vezes escassa - de quem os vai utilizar para pagar *inputs* artificiais de energia para promover o aquecimento ou o arrefecimento, e o conforto *outdoor* fica a cargo da capacidade intervventiva e financeira da comunidade – também ela muitas vezes insuficiente - para atenuar artificialmente o excesso de calor ou de frio (Monteiro, 2016). Sobretudo porque a ideia de que pelo facto de vivermos num clima mediterrânico significa que temos condições de conforto térmico adequadas praticamente durante todo o ano não corresponde à realidade (Monteiro, 2016).

Paralelamente à capacidade individual de modificar comportamentos perante a ocorrência de episódios excepcionais de temperatura, deve-se também assinalar a importância da capacidade institucional para aumentar a resiliência das comunidades a esses eventos. Tal inclui o suporte de infraestruturas robustas e eficientes de água, energia e transportes, e também o suporte de serviços de saúde capazes de responder a eventuais picos de procura. E incorpora ainda a capacidade institucional de se antecipar o risco, definindo designadamente sistemas de alerta e de comunicação do risco com medidas que reforçam a defesa das pessoas mais vulneráveis.

Finalmente, e depois de explicitadas as múltiplas variáveis que interferem na suscetibilidade e na vulnerabilidade relativamente a episódios excepcionais de temperatura, conseguimos perceber que existem territórios mais propensos ao risco de temperaturas excepcionais. A população urbana é genericamente mais vulnerável a ao calor excessivo, já que aqui se faz sentir o efeito cumulativo da “ilha de calor urbano”. A maior retenção de calor dos materiais urbanos, sobretudo durante a noite, ajuda a explicar a sobremortalidade relacionada com o calor nos centros urbanos (Monteiro *et al.*, 2013, Madureira *et al.*, 2017). Já no caso das vagas de frio, as evidências sugerem que a vulnerabilidade é superior em comunidades rurais (Conlon *et al.*, 2011). E daqui facilmente deduzimos que também em escalas maiores, designadamente à escala urbana, coexistem múltiplas variáveis que fazem com que um mesmo evento térmico excepcional se traduza em múltiplas expressões de risco para a saúde humana.

Conclusão

Em síntese, existem inúmeras evidências sobre os crescentes riscos para a saúde humana derivados de episódios excepcionais de temperatura e vento. Contudo, a complexidade destas relações convida a afastarmo-nos do ideal das definições e ações universais, e procurar compreender os limiares de resistência humana a estes eventos segundo abordagens multiescalares dos fenómenos em causa. O contexto e a escala são, portanto, fatores essenciais para a compreensão de quando um determinado evento excepcional se transforma num risco para a saúde humana. Porque na realidade, a morbidade e a mortalidade associadas aos eventos climáticos e meteorológicos excepcionais podem ser em grande parte prevenidas se existirem estratégias territorializadas para proteger as populações dos seus efeitos.

Bibliografia

- AMERICAN METEOROLOGICAL SOCIETY (2018). *Glossary of meteorology*. Acedido a 25 de Maio de 2018, em <http://glossary.ametsoc.org/wiki/>.
- Antonescu, B., D. M. Schultz, F. Lomas & T. Kühne (2016). Tornadoes in Europe: Synthesis of the Observational Datasets. *Mon. Wea. Rev.*, 144, 2445–2480.
- Belo-Pereira, M., Andrade, C. & Pinto, P. (2017). A long-lived tornado on 7 December 2010 in mainland Portugal, *Atmospheric Research*, 185, 202-2015.
- Bunker, A., Wildenhain, J., Vandenberghe, A., Henschke, N., Rocklöv, J., Hajat, S., & Sauerborn, R. (2016). Effects of Air Temperature on Climate-Sensitive Mortality and Morbidity Outcomes in the Elderly; a Systematic Review and Meta-analysis of Epidemiological Evidence. *EBioMedicine*, 6, 258–268.
- Carmona, R., Díaz, J., Mirón, I. J., Ortiz, C., Luna, M. Y. & Linares, C. (2016). Mortality attributable to extreme temperatures in Spain: A comparative analysis by city. *Environment International*, 91, 22–28.
- Conlon, K., Rajkovich, N., White-Newsome, J., Larsen, L. & Neill, M. (2011). Preventing cold-related morbidity and mortality in a changing climate. *Maturitas*, 69(3), 197–202.
- Diakakis, M., Deligiannakis, G., Katsetsiadou, K. & Lekkas, E. (2015). Hurricane Sandy mortality in the Caribbean and continental North America. *Disaster Prevention and Management: an International Journal*, 24(1), 132–148.
- Ekamper, P., van Duin, C., Van Poppel, F. & Mandemakers, K. (2010). Heat Waves and Cold Spells and their Effect on Mortality: an Analysis of Micro-data for the Netherlands in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Annales de démographie historique*, 120(2), 55-104.
- EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY (2018). Economic losses from climate-related extremes. Acedido a 25 de Maio de 2018, em <https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/indicators/direct-losses-from-weather-disasters-3/assessment>.
- Ganho, N. (2013). Risco de ventos tempestuosos de escala sinóptica em Portugal Continental: análise causal. In L. Lourenço (Ed.), *Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos - Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 251-266.
- Gasparriini, A., Guo, Y., Hashizume, M., Lavigne, E., Zano-betti, A., Schwartz, J., et al. (2015). Mortality risk attributable to high and low ambient temperature: a multicountry observational study. *The Lancet*, 386 (9991), 369–375. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)62114-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)62114-0)
- Gibbs, T. (2004). Windstorms. In J. Stoltman, J. Lidstone, L. Dechano (Ed.) *International Perspectives on Natural Disasters: Occurrence, Mitigation, and Consequences*. Dordrecht: Springer, 63-86.
- Goldman, A., Eggen, B., Golding, B. & Murray, V. (2013). The health impacts of windstorms: A systematic literature review. *Public health*, 128, 3-28.
- Gronlund, C., Sullivan, K., Kefelegn, Y., Cameron, L. & O'Neill, M. (2018). *Climate change and temperature extremes: a review of heat-and cold-related morbidity and mortality concerns of municipalities*. *Maturitas*, 114, 54-59
- Healy, J. (2003). Excess winter mortality in Europe: a cross country analysis identifying key risk factors. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 57, 784-789.
- IPMA (2018). Ciclones Tropicais. Acedido a 27 de maio de 2018, em <https://www.ipma.pt/pt/educativa/fenomenos.meteo/index.jsp?page=ciclone.tropical.xml>.

- Kislow (2008). *Hurricanes: Background, History and Bibliography*. New York: Nova Science.
- Kovats, R. & Kristie, L. (2006). Heatwaves and public health in Europe. *The European Journal of Public Health* 16 (6), 592-599.
- Laurin, A., Murat, C., Bescond, Y. & Marinescu, M. (2018). Conséquences psychologiques et état de stress post-traumatique chez les victimes de la tempête Xynthia. *Annales Médico-psychologiques*, 176(5), 477-482.
- Leitão, P. (2003) Tornadoes in Portugal. *Atmos. Res.*, 67(8), 381-390.
- Liberato, M., Pinto, J. & Trigo, R. (2011) Klaus - an exceptional winter storm over Northern Iberia and Southern France. *Weather*, 66, 330-334.
- Liberato, M., Pinto, J., Trigo, R., Ludwig, P., Ordóñez, P., Yuen, D. & Trigo, I. (2013). Explosive development of winter storm Xynthia over the subtropical North Atlantic Ocean. *Nat. Hazards Earth Syst. Sci.*, 13, 2239-2251.
- Liddell, C., Morris, C., Thomson, H., & Guiney, C. (2015). Excess winter deaths in 30 European countries 1980–2013: a critical review of methods. *Journal of Public Health*, 38(4), 806-814
- Lourenço, L. (2015). Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização. In: A. Siqueira, N. Valencio, M. Siena, M. Malagoli (orgs). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade das bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*. São Carlos: RiMa Editora, 79-120.
- Madureira, H., Monteiro, A., Velho, S. & Gonçalves, P. (2017). Identificação de 'Local Climate Zones' (LCZ's) no concelho do Porto. *Atas do XI Congresso da Geografia Portuguesa: As Dimensões e a Responsabilidade Social da Geografia*, Porto, 453-456.
- Monteiro, A., Carvalho V., Oliveira T. & Sousa C. (2013b). Excess mortality and morbidity during July 2006 Heat Wave in Porto, Portugal, *Int J Biometeorol*, 57, 155-167.
- Monteiro, A. (2016). O risco com um pé no chão ou a cabeça no ar: o H2020 enquanto oportunidade para evitar o risco de desconforto bioclimático em espaços urbanos. In L. Lourenço (Ed), *Geografia, paisagem e riscos: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 215-230. DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1233-1_10
- Monteiro, A. (2014a). Morbidity during cold spells in mild winter contexts like Portugal are mainly due to climate or to vulnerability? In: F. Mendonça (Ed). *Riscos climáticos*. Jundiaí/SP (Brasil): Paco Editorial, 319-342.
- Monteiro, A., Carvalho, V. N., Gis, J., & Sousa, C. (2012b). Use of "Cold Spell" indices to quantify excess chronic obstructive pulmonary disease (COPD) morbidity during winter (November to March 2000-2007): case study in Porto. *International Journal of Biometeorology*, 57 (6), 857-870.
- Monteiro, A., Carvalho, V. (2013a). *Clima e Planejamento Regional in Climatologia urbana e regional (Questões teóricas e estudos de caso)*, São Paulo: Editora Outras Expressões, 93-116
- Monteiro, A., Monteiro, A., Fonseca, L., Fonseca, L., Almeida, M., Almeida, M., et al. (2012a). *Atlas da Saúde e da Doença na AMP - Vulnerabilidades Climáticas e Sócio-Económicas*. Porto: Projeto Ondas - PTDC/SAU-ESA/73016/2006.
- Monteiro, A., Velho, S. (2014b). Health heat stress in Porto Metropolitan Area - a matter of temperature or (in) adaptation?. *DIE ERDE - Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde*, 145 (1-2), 80- 95.
- NOAA / NATIONAL WEATHER SERVICE (2018). *Enhanced F Scale for Tornado Damage*. Acedido em 20 de Maio de 2018, em <http://www.spc.noaa.gov/faq/tornado/ef-scale.html>.
- OBSERVATÓRIO NACIONAL DE SAÚDE / INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE (2004). *Onda de calor de Agosto de 2003: os seus efeitos sobre a saúde da população portuguesa*. Acedido em 15 de maio de 2018, em http://www.onsa.pt/conteu/onda_2003_relatorio.pdf

- Poljanšek, K., Marin Ferrer, M., De Goeve, T. & Clark, I. (2017). Science for disaster risk management 2017: knowing better and losing less. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Rau, R. (2007). Seasonality in Human Mortality - A demographic approach. Heidelberg: Springer-Verlag.
- Rebelo, F. (2010). Geografia Física e Riscos Naturais. Coimbra: Imprensa da Universidade
- Sarofim, M. C., Saha, S., Hawkins, M. D., Mills, D. M., Hess, J., Horton, R., et al. (2016). Temperature-Related Death and Illness. In *The Impacts of Climate Change on Human Health in the United States: A Scientific Assessment*. Washington, DC: U.S. Global Change Research Program, 43–68
- Schmidlin, T. (2009). *Human fatalities from wind-related tree failures in the United States, 1995–2007*. Natural Hazards, 50 (1), 13–25.
- Schneider, A. & Breitner, S. (2016). Temperature effects on health - current findings and future implications. *EBioMedicine*, 6, 29–30.
- Shultz, J., Russell, J. & Espinel, Z. (2005). Epidemiology of Tropical Cyclones: The Dynamics of Disaster, Disease, and Development, *Epidemiologic Reviews*, 27(1), 21–35.
- Song, X., Wang, S., Hu, Y., Yue, M., Zhang, T., Liu, Y., ... & Shang, K. (2017). Impact of ambient temperature on morbidity and mortality: an overview of reviews. *Science of the Total Environment*, 586, 241–254.
- Theofilatos, A., Yannis, G. (2014). A review of the effect of traffic and weather characteristics on road safety. *Accid Anal Prev*, 72, 244–256
- Thompson, R., Hornigold, R., Page, L. & Waite, T. (2018). Associations between high ambient temperatures and heat waves with mental health outcomes: a systematic review. *Public Health* <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2018.06.008>, in press

CONCLUSÃO

António Vieira

Departamento de Geografia

CEGOT e RISCOS, Universidade do Minho, Portugal

ORCID: 0000-0001-6807-1153 vieira@geografia.uminho.pt

Ao encerrar mais um volume desta coleção *Riscos e Catástrofes*, especificamente dedicado às catástrofes naturais e aos riscos que lhe são inerentes, consideramos importante destacar a relevância que o mesmo apresenta, não só enquanto obra científica de síntese do conhecimento e instrumento didático e de apoio ao ensino universitário, mas também como ferramenta de divulgação e sensibilização da sociedade para a problemática deste tipo de riscos e catástrofes, que afetam direta e indiretamente as atividades humanas.

Com efeito, como foi demonstrado em cada um dos capítulos desta obra, a ocorrência de fenómenos naturais de intensidade elevada coloca condicionalismos importantes ao normal funcionamento das atividades antrópicas, conduzindo, em muitas situações, a destruição de infraestruturas, avultadas perdas económicas e, lamentavelmente, a perda de vidas humanas.

Exemplos destes fenómenos destrutivos e das suas consequências são facilmente identificáveis e inumeráveis, pela elevada frequência e recorrência que têm apresentado recentemente no contexto mundial.

O ano de 2017 ficou invariavelmente marcado por mais uma sucessão de furacões que afetaram a América Central, Caraíbas e Sudeste dos Estados Unidos: os furacões Harvey, Irma, José e Maria deixaram um rastro de destruição e provocaram a perda de milhares de vidas humanas (especialmente o furacão Maria, na sua passagem por Porto Rico). Já em 2018, o ciclone Idai atingiu fortemente outra região do mundo onde estes fenómenos naturais são também frequentes, a África oriental (nomeadamente Madagáscar, Maláui, Moçambique e Zimbábue), provocando enorme destruição e várias centenas de mortes, especialmente em Moçambique.

As inundações ocorridas no continente asiático e que afetaram o Bangladesh, a Índia e o Nepal, entre junho e outubro de 2017, provocaram também enorme devastação e quase dois milhares de vitimas.

Outro fenómeno também recorrente são as secas persistentes, que têm afetado extensas regiões do globo, com especial incidência em África, América do Norte e Sul e Ásia (nomeadamente na China). Apesar de não apresentarem uma expressão catastrófica como os fenómenos anteriormente referidos, as suas consequências para o Ser Humano são devastadoras, afetando colheitas e provocando milhares de mortes.

Ainda que geralmente com uma ocorrência mais circunscrita no espaço, os riscos geomorfológicos evidenciam pontualmente um caráter destrutivo ímpar. Foi o caso dos movimentos em massa que atingiram a Serra Leoa em Agosto de 2017, na sequência de chuvas intensas, e que provocaram mais de 500 mortos.

Também o território nacional é afetado por inúmeras ocorrências de fenómenos de origem natural, das quais se podem destacar, como exemplo, a tempestade Ana (dezembro de 2017) ou Leslie (outubro de 2018), essencialmente com prejuízos materiais, ou as frequentes e recorrentes situações de inundações, como as que ocorreram no inverno de 2018, que apresentam, no entanto, um caráter mais localizado, mas elevada frequência, e são condicionadas por fatores locais específicos, em situações de precipitação intensa.

Estes casos e muito mais ocorrências que poderíamos apresentar constituem apenas exemplos daquilo que são as manifestações dos fenómenos da natureza que ocorrem por todo o mundo e que foram analisados e sistematizados nos capítulos que integram este livro e que consideramos um importante contributo para o aprofundamento do seu conhecimento e para a sua divulgação, não apenas para o público especializado no seu estudo, mas para o público em geral, que poderá encontrar aqui informação importante para a sua proteção e da sua comunidade.

SÉRIE
RISCOS E CATÁSTROFES

Títulos Publicados:

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcafache. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspetiva ambiental;*

Volume em publicação:

- 10 *Riscos inerentes à rotura de barragens de acumulação de rejeitos de mineração;*
- 11 *Contributos da Ciéncia para a Redução do Risco;*
- 12 *Contributos da Educação para a Redução do Risco;*
- 13 *Contributos da Formação para a Redução do Risco.*

(Página deixada propositadamente em branco)

Luciano Lourenço é doutorado em Geografia Física, pela Universidade de Coimbra, onde é Professor Catedrático.

É Diretor do NICIF - Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Presidente da Direção da RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.

Exerceu funções de Diretor-Geral da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, Presidente do Conselho Geral da Escola Nacional de Bombeiros e Presidente da Direção da Escola Nacional de Bombeiros.

Consultor científico de vários organismos e de diversas revistas científicas, nacionais e estrangeiras, coordenou diversos projetos de investigação científica, nacionais e internacionais, e publicou mais de três centenas de títulos, entre livros e capítulos de livro, artigos em revistas e atas de colóquios, nacionais e internacionais.

António Vieira é geógrafo, doutorado em Geografia pela Universidade de Coimbra. É professor auxiliar no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, desenvolvendo atividades de investigação como membro integrado do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT – UM/UC/UP), do qual é Coordenador na Universidade do Minho. É membro de diversas organizações científicas, nomeadamente a Associação Portuguesa de Geomorfólogos (APGeom) e a RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. É também membro da FUEGORED (Red Temática Internacional Efectos de los Incendios Forestales sobre los Suelos), da FESP-in (International Network of Fire Effects on Soil Properties) e colaborador estrangeiro dos grupos de pesquisa “Geomorfologia e Meio Ambiente” (UFPel, Brasil), “PANGEA - Patrimônio Natural, Geoconservação e Gestão da Água” (UFSM, Brasil), “Rotageo” (UEPG, Brasil) e do Environmental Management Center (MRU, Lituânia).

I
U

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

RISCOS

E CATÁSTROFES

1 2 9 0



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA